

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETO DE LEI Nº 2.302, DE 2019

Apensados: PL nº 2.792/2019, PL nº 3.864/2019 e PL nº 4.916/2019

Revoga a Lei 9.956, de 12 de janeiro de 2000 e permite o funcionamento de bombas de autosserviço operadas pelo próprio consumidor nos postos de abastecimento de combustíveis, em todo o território nacional.

Autores: Deputados VINICIUS POIT E
OUTROS

Relator: Deputado AUGUSTO COUTINHO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.302, de 2019, do ilustre Deputado Vinicius Poit e outros, permite o funcionamento de bombas de autosserviço operadas pelo próprio consumidor nos postos de abastecimento de combustíveis em todo o território nacional, revogando a Lei 9.956, de 12 de janeiro de 2000, que criou a obrigação.

Foram apensados três projetos de lei à proposição principal. O primeiro é o Projeto de Lei nº 2.792, de 2019 do ilustre Deputado Kim Kataguirí, que também revoga a Lei 9.956, de 2000, atingindo o mesmo objetivo de eliminar a proibição de funcionamento de bombas de autosserviço operadas pelo próprio consumidor.

O Projeto de Lei nº 3.864/2019 do ilustre Deputado Jose Mário Schreiner também revoga a mesma lei, mas dá um prazo de 180 dias para a lei entrar em vigor.



O Projeto de Lei nº 4.916/2019 da ilustre Deputada Caroline de Toni permite o funcionamento de bombas de autosserviço operadas pelo próprio consumidor nos postos de abastecimento de combustíveis, em todo o território nacional, revogando a Lei 9.956, de 12 de janeiro de 2000, que criou a obrigação.

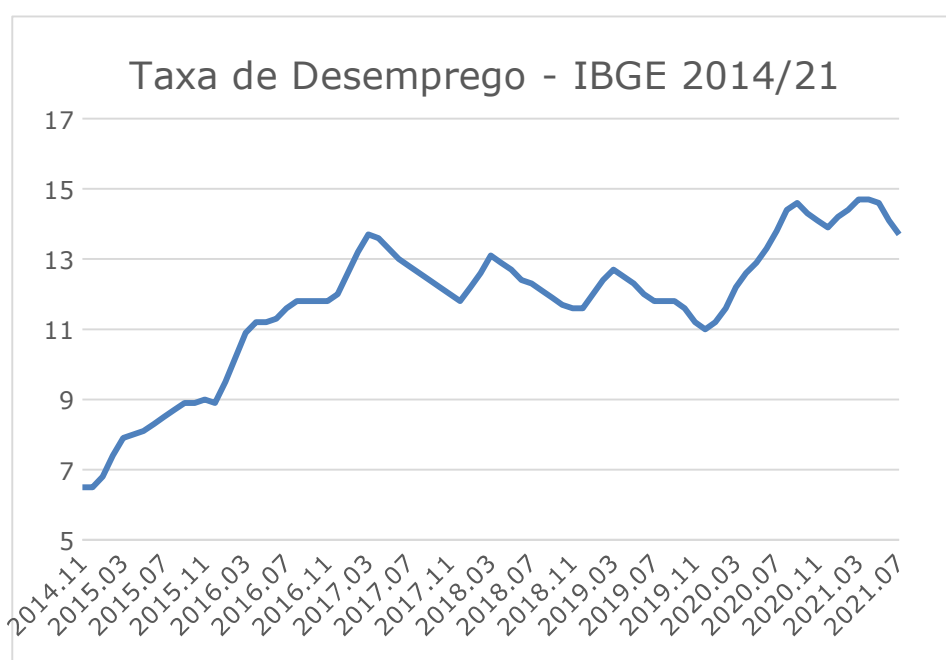
Não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição em tela deve ser analisada à luz de seu custo e benefício para a sociedade.

Do lado do custo, não podemos esquecer a crise econômica que passamos desde final de 2014, muito agravada pela pandemia, e com reflexos terríveis sobre o desemprego no país. Podemos ver no gráfico abaixo um incremento significativo da taxa de desemprego com a pandemia, passando do patamar de 11/12% para entre 13/14%, tendo atingido 13,7% em julho de 2021, último dado disponível.



Note-se, no entanto, que já tinha havido um incremento maior do desemprego a partir da crise iniciada ao final de 2014, passando de 6,5% em novembro de 2014 para 13,7% em março de 2017. Essa taxa de desemprego estava caindo muito lentamente e chegou a 11% em dezembro de 2019, pouco antes do início da pandemia.

O fato é que foram sobrepostas duas crises com impactos muito negativos sobre o desemprego.

A possibilidade de abrir mão da obrigatoriedade de frentistas em postos de gasolina tende a agravar esta situação. Só a Federação Nacional dos Postos de Serviço – Fenepospetro - representa sindicatos regionais, com mais de 500 mil filiados. Pelo menos metade desse número é de frentistas com empregos que estariam ameaçados com essa medida. Ou seja, a dispensa dessa obrigação jogaria no mercado mais um contingente de trabalhadores que aumentariam o número atual de mais de 14 milhões de desempregados. Um custo muito grande para o país.

Do lado do benefício da medida, argumenta-se que haveria uma redução do (alto) preço dos combustíveis na bomba pela redução dos custos propiciada pela medida. No entanto, estudo recente do DIEESE¹ aponta que o peso do custo dos frentistas no preço do combustível é muito pequeno.

O DIEESE, com base na Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, do Ministério da Economia de 2019 estimou a receita da revenda também relativa ao mês de dezembro de 2019, conforme dados provenientes da Agência Nacional de Petróleo - ANP. Estimou que o custo do trabalho dos frentistas correspondeu a 1,72% do custo dos postos de combustíveis, proporção que pode ainda ser superestimada, uma vez que outros produtos, notadamente o etanol, não foram considerados, entrando no cômputo das receitas apenas a gasolina comum e o óleo diesel.



¹Estudo sobre o custo do trabalho dos frentistas e o preço dos combustíveis. DIEESE. Outubro 2021.
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Augusto Coutinho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218531928800>



Como não se repassa, em geral, 100% da redução de custos a preços isso implica que o benefício potencial da medida em termos de preços menores do combustível é muito baixo.

Assim, temos um custo potencial muito alto e um benefício potencial muito baixo da medida, o que indica não ser razoável a medida neste momento.

Sendo assim, somos pela REJEIÇÃO dos Projetos de Lei nº 2.302/2019, 2.792/2019, 3.864/2019 e 4.916/2019.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado AUGUSTO COUTINHO
Relator

